

SIDNEY BITTENCOURT

*Prefácio*

Ivan Barbosa Rigolin

*Apresentação*

Ronny Charles Lopes de Torres

## **NOVO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Comentários ao Decreto nº 11.462,  
de 31 de março de 2023, que regulamenta os arts. 82  
a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
(Nova Lei de Licitações), com a modificação  
determinada pela Lei nº 14.770,  
de 22 de dezembro de 2023

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2024

© 2024 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Bezanos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B624n Bittencourt, Sidney

Novo Sistema de Registro de Preços: comentários ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações), com a modificação determinada pela Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 / Sidney Bittencourt. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

298 p. 14,5x21,5cm  
ISBN 978-65-5518-627-7

1. Licitação. 2. Registro de preços. 3. Sistema de Registro de Preços – SRP. 4. Nova Lei de Licitações. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. *Novo Sistema de Registro de Preços: comentários ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações), com a modificação determinada pela Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023.* Belo Horizonte: Fórum, 2024. 298 p. ISBN 978-65-5518-627-7.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Sergio de Andréa Ferreira</b> .....	53
NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO	
<b>Sidney Bittencourt</b> .....	57
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	
<b>Sidney Bittencourt</b> .....	59
NOTA DO AUTOR	
<b>Sidney Bittencourt</b> .....	61
APRESENTAÇÃO	
<b>Ivan Barbosa Rigolin</b> .....	65
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – (DOU DE 1º.4.2021 – EDIÇÃO EXTRA-F) .....	67
<b>Ementa</b>	
1 Competência legislativa .....	67
2 O termo “licitação” .....	70
2.1 Evolução histórica da licitação .....	71
3 Os contratos celebrados pela Administração Pública .....	72
3.1 O contrato .....	72
3.2 Contratos da Administração.....	73
3.2.1 Subdivisão dos Contratos da Administração.....	73
3.2.1.1 Contratos privados celebrados pela Administração Pública .....	73
3.2.1.2 Contratos Administrativos.....	74
3.2.1.3 Os contratos na Nova Lei nº 14.133/2021 .....	74
4 Histórico da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações.....	75
<b>Artigo 1º</b>	
1 Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo .....	77
2 As normas gerais .....	77
3 A licitação e o contrato administrativo .....	78
<i>Inciso I</i>	
4 Regras extensíveis aos três Poderes .....	78
<i>Inciso II</i>	
5 Os fundos especiais.....	79
<i>Parágrafo 1º</i>	
6 Não subordinação ao regime da Nova Lei .....	80
6.1 As empresas públicas que exploram atividades econômicas .....	80
6.2 Os consórcios públicos .....	82
6.3 As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor .....	83
<i>Parágrafo 2º</i>	
7 Contratações realizadas por órgãos públicos sediados no exterior .....	84
<i>Parágrafo 3º</i>	
8 Licitações e contratações que envolvam recursos de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial ou de organismo financeiro .....	89
8.1 A questão da aprovação jurídica de contratos dessa natureza.....	90
<i>Parágrafo 4º</i>	
9 Aprovação do Senado Federal dos contratos de empréstimos.....	91
<i>Parágrafo 5º</i>	
10 Contratações relativas à gestão das reservas internacionais do País .....	91
<b>Artigo 2º</b>	
1 O elenco de negócios jurídicos .....	92
<i>Inciso I</i>	
1.1 A alienação e a concessão de direito real de uso de bens.....	92
1.1.1 A alienação de bens da Administração Pública.....	93

1.1.2	A concessão de direito real de uso de bens .....	93
	<i>Inciso II</i>	
1.2	A compra .....	93
	<i>Inciso III</i>	
1.3	A locação.....	93
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	As concessões e permissões de uso de bens públicos.....	94
1.4.1	Contrato de concessão de uso de bem público .....	94
1.4.2	Permissão de uso de bem público.....	94
1.4.3	Outra forma de concessão: a Parceria Público-Privada (PPP) .....	95
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Os serviços.....	96
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	As obras e serviços de arquitetura e engenharia .....	96
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Contratações de tecnologia da informação e de comunicação .....	97
2	A licitação de serviços de publicidade .....	98
<b>Artigo 3º</b>		
1	Contratos não subordinados à lei .....	100
<b>Artigo 4º</b>		
1	Aplicação de disposições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte .....	102
1.1	Sistemáticas licitatórias diferenciadas para ME/EPP nas licitações .....	106
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Não aplicação dos benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006 .....	107
	<i>Parágrafo Segundo</i>	
3	Limitação dos benefícios às microempresas e às empresas de pequeno porte .....	109
	<i>Parágrafo Terceiro</i>	
4	Contratações com prazo de vigência superior a um ano .....	109
<b>Artigo 5º</b>		
1	Dos princípios.....	110
1.1	O elenco de princípios licitatórios .....	110
1.1.1	Princípio da Legalidade .....	111
1.1.2	Princípio da Impessoalidade .....	112
1.1.3	Princípio da Moralidade .....	112
1.1.4	Princípio da Publicidade.....	112
1.1.5	Princípio da Eficiência .....	113
1.1.6	Princípio do Interesse Público.....	113
1.1.7	Princípio da Probidade Administrativa .....	114
1.1.8	Princípio da Igualdade .....	114
1.1.9	Princípio do Planejamento.....	115
1.1.10	Princípio da Transparência .....	117
1.1.11	Princípio da Eficácia.....	117
1.1.12	Princípio da Segregação de Funções .....	118
1.1.13	Princípio da Motivação.....	118
1.1.14	Princípio da Vinculação ao Edital.....	119
1.1.15	Princípio do Julgamento Objetivo .....	119
1.1.16	Princípio do Segurança Jurídica.....	119
1.1.17	Princípio da Razoabilidade.....	120
1.1.18	Princípio da Competitividade .....	120
1.1.18.1	A presença de apenas um licitante .....	121
1.1.19	Princípio da Proporcionalidade .....	122
1.1.20	Princípio da Celeridade.....	123
1.1.21	Princípio da Economicidade.....	123
1.1.22	Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável .....	123
1.1.22.1	O desenvolvimento sustentável .....	124
1.1.22.2	As licitações sustentáveis .....	124
2	As disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) .....	127
<b>Artigo 6º</b>		
1	Definições para os fins da Lei.....	139
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Órgão.....	139
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Entidade.....	140
	<i>Incisos III e IV</i>	

1.3	Administração Pública e Administração .....	141
	<i>Inciso V</i>	
1.4	Agente Público.....	141
	<i>Inciso VI</i>	
1.5	Autoridade .....	142
	<i>Inciso VII</i>	
1.6	Contratante.....	142
	<i>Incisos VIII e IX</i>	
1.7	Contratado e Licitante .....	142
	<i>Inciso X</i>	
1.8	Compra .....	144
	<i>Incisos XI e XII</i>	
1.9	Serviço e Obra.....	144
	<i>Inciso XIII</i>	
1.10	Bens e serviços comuns .....	145
	<i>Inciso XIV</i>	
1.11	Bens e serviços especiais .....	145
	<i>Inciso XV</i>	
1.12	Serviços e fornecimentos contínuos.....	145
	<i>Inciso XVI</i>	
1.13	Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra .....	146
	<i>Inciso XVII</i>	
1.14	Serviços não contínuos ou contratados por escopo .....	146
	<i>Inciso XVIII</i>	
1.15	Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.....	147
	<i>Inciso XIX</i>	
1.16	Notória especialização.....	148
	<i>Inciso XX</i>	
1.17	Estudo Técnico Preliminar.....	148
	<i>Inciso XXI</i>	
1.18	Serviço de engenharia.....	149
	<i>Inciso XXII</i>	
1.19	Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.....	151
	<i>Inciso XXIII</i>	
1.20	Termo de Referência.....	151
	<i>Inciso XXIV</i>	
1.21	Anteprojeto.....	154
	<i>Inciso XXV</i>	
1.22	Projeto básico .....	155
	<i>Inciso XXVI</i>	
1.23	Projeto executivo .....	157
	<i>Inciso XXVII</i>	
1.24	Matriz de risco .....	157
	<i>Incisos XXVIII, XXIX, XXX e XXXI</i>	
1.25	Empreitada e Tarefa .....	159
1.25.1	Empreitadas por preço unitário e por preço global .....	161
1.25.2	Empreitada integral .....	161
1.25.3	Tarefa.....	162
	<i>Incisos XXXII e XXXIII</i>	
1.26	Contratação integrada e Contratação semi-integrada .....	162
	<i>Inciso XXXIV</i>	
1.27	Fornecimento e prestação de serviço associado .....	163
	<i>Inciso XXXV</i>	
1.28	Licitação internacional.....	164
	<i>Inciso XXXVI</i>	
1.29	Serviço nacional.....	165
	<i>Inciso XXXVII</i>	
1.30	Produto manufaturado nacional.....	166
	<i>Incisos XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII</i>	
1.31	Modalidades de licitação.....	166
	<i>Inciso XLIII</i>	
1.32	Credenciamento.....	168
	<i>Inciso XLIV</i>	

1.33	Pré-qualificação .....	168
	<i>Inciso XLV</i>	
1.34	Sistema de Registro de Preços .....	168
	<i>Incisos XLVI, XLVII, XLVIII e XLIX</i>	
1.35	Ata de Registro de Preços e participantes do Sistema de Registro de Preços .....	169
	<i>Inciso L</i>	
1.36	Comissão de contratação.....	170
	<i>Inciso LI</i>	
1.37	Catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.....	171
	<i>Inciso LII</i>	
1.38	Sítio eletrônico oficial.....	171
	<i>Inciso LIII</i>	
1.39	Contrato de eficiência .....	172
1.40	Seguro-garantia .....	172
	<i>Inciso LV</i>	
1.41	Produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	174
	<i>Incisos LVI e LVII</i>	
1.42	Sobrepço e superfaturamento .....	174
	<i>Inciso LVIII</i>	
1.43	Reajustamento em sentido estrito .....	175
	<i>Inciso LIX</i>	
1.44	Repactuação .....	175
	<i>Inciso LX</i>	
1.45	Agente de contratação .....	176
<b>Artigo 7º</b>		
1	Designação de agentes públicos para o desempenho de funções.....	177
1.1	Preferência a servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração.....	178
1.2	Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível.....	179
1.3	Não ter vínculos com licitantes ou contratados habituais .....	180
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Atendimento ao Princípio da Segregação de Funções.....	180
<b>Artigo 8º e Parágrafo 1º</b>		
1	Condução da licitação.....	182
1.1	Condução da licitação por militares.....	184
	<i>Parágrafo 2º</i>	
1.2	Substituição do agente de contratação por uma comissão de contratação.....	185
	<i>Parágrafo 3º</i>	
1.3	Apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno .....	186
	<i>Parágrafo 4º</i>	
1.4	Contratação de assessoria de empresa ou profissional especializado.....	186
	<i>Parágrafo 5º</i>	
1.5	Designação do agente como pregoeiro .....	187
<b>Artigo 9º e Inciso I</b>		
1	Vedação a cláusulas discriminatórias.....	188
	<i>Inciso II</i>	
1.1	Vedação a tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras.....	190
	<i>Inciso III</i>	
1.2	Vedação à resistência e retardamento injustificados ao andamento dos processos licitatórios .....	192
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Vedação à participação de agente público.....	193
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Extensão das vedações a terceiros .....	194
<b>Artigo 10 e parágrafos 1º e 2º</b>		
1	Representação judicial ou extrajudicial .....	195
<b>Artigo 11</b>		
1	Objetivos da licitação .....	196
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Garantia da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública	197
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição.....	198
1.2.1	Garantir tratamento isonômico entre os licitantes .....	198
1.2.2	Manter a justa competição .....	198

	<i>Inciso III</i>	
1.3	Impedir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.....	199
1.3.1	Sobrepreço e superfaturamento.....	199
1.3.2	Afastar contratações com preços manifestamente inexequíveis.....	201
1.4	Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.....	202
1.4.1	Estimular a inovação.....	202
1.4.2	Promover o desenvolvimento nacional sustentável.....	203
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Governança nas contratações públicas.....	206
<b>Artigo 12</b>		
1	Informações do processo licitatório.....	207
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Produção de documentos por escrito, com data e local e assinatura dos responsáveis.....	208
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Valores em moeda corrente nacional.....	209
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Afastamento do formalismo exagerado.....	209
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	A prova de autenticidade de documentos.....	210
	<i>Inciso V</i>	
1.5	O reconhecimento de firma.....	211
1.5.1	As certidões via Internet.....	211
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Atos preferencialmente digitais.....	212
	<i>Inciso VII e Parágrafo 1º</i>	
1.7	O Plano de Contratações Anual.....	212
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Identificação e assinatura digital.....	213
<b>Artigo 13</b>		
1	A publicidade dos atos licitatórios.....	214
<b>Artigo 14</b>		
1	Impedimentos de participação em licitações.....	216
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Vedação ao autor do anteprojeto, do projeto básico ou do executivo.....	216
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Vedação à empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo.....	217
	<i>Inciso III e Parágrafo 1º</i>	
1.3	Vedação à pessoa física ou jurídica sancionada por infração cometida.....	217
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Vedação aos que possuam vínculos com dirigentes públicos.....	217
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Vedação a empresas controladoras, controladas ou coligadas.....	218
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Vedação a condenado por exploração de trabalho infantil e por submissão a condições análogas às de escravo.....	219
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Participação do elaborador dos anteprojetos ou dos projetos em atividades de apoio.....	221
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Licitação com inclusão como encargo do contratado a elaboração dos projetos.....	221
	<i>Parágrafo 5º</i>	
4	Vedação à participação de pessoas sancionadas por organismos financeiros internacionais.....	222
	<i>Artigo 15 e Parágrafo 4º</i>	
1	Participação de empresas em consórcio na licitação.....	223
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Comprovação de compromisso de constituição de consórcio.....	227
	<i>Inciso II</i>	
1.2	A questão da empresa responsável pelo consórcio.....	228
	<i>Inciso III e Parágrafos 1º e 2º</i>	
1.3	A apresentação dos documentos do consórcio.....	228
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Vedação de consorciada participar da licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.....	229
	<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>	

1.5	Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio.....	230
	<i>Artigo 16</i>	
1	Condições para profissionais organizados sob a forma de cooperativa participarem de licitação .....	235
	<b>Artigo 17</b>	
1	Fases da licitação .....	240
1.1	Primeira fase – Preparação da licitação (etapa interna).....	240
1.1.1	Requisição do interessado e considerações técnicas, mercadológicas e de gestão.....	241
1.1.2	Aprovação jurídica do edital licitatório .....	242
1.2	Segunda fase – Divulgação – Publicação do instrumento convocatório (início da etapa externa).....	243
1.3	Terceira fase – Apresentação de propostas e lances, conforme o modo de disputa adotado .....	243
1.4	Quarta fase – Julgamento.....	243
1.5	Quinta fase – Habilitação .....	244
1.6	Sexta fase – Interposição de recursos .....	244
1.7	Sétima fase – Homologação.....	244
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A inversão de fases.....	246
	<i>Parágrafos 2º, 4º e 5º</i>	
3	Realização de licitações preferencialmente na forma eletrônica .....	246
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Análise de conformidade na fase de julgamento.....	247
	<i>Parágrafo 6º</i>	
5	Exigência de certificação por organização independente .....	248
	<b>Artigo 18</b>	
1	O planejamento nas contratações.....	253
	<i>Inciso I e Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	
1.1	Estudo técnico preliminar .....	255
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo .....	257
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Condições de execução e pagamento, das garantias e das condições de recebimento.....	259
	<i>Incisos IV e XI</i>	
1.4	Orçamento estimado.....	260
	<i>Incisos V, VI e IX</i>	
1.5	Edital de licitação e minuta do contrato .....	262
	<i>Inciso VII</i>	
1.6	Regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia.....	264
	<i>Inciso VIII</i>	
1.7	Modalidades de licitação, critérios de julgamento e modos de disputa .....	264
	<i>Inciso X</i>	
1.8	Análise dos riscos.....	264
	<i>Artigo 19</i>	
1	Ferramentas para auxílio às atividades de licitações e contratos.....	266
	<i>Artigo 20</i>	
1	Obrigatoriedade de os itens de consumo serem de qualidade comum .....	269
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Regulamentação dos limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.....	271
	<i>Artigo 21</i>	
1	Audiência pública sobre uma licitação.....	274
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Consulta Pública sobre uma licitação.....	275
	<i>Artigo 22</i>	
1	Matriz de alocação de riscos no edital licitatório.....	276
	<i>Artigo 23</i>	
1	Estimativa prévia de preço .....	280
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Estimativa de preço na aquisição de bens e contratação de serviços em geral .....	281
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Estimativa de preço para contratação de obras e serviços de engenharia .....	283
3.1	Os Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas (BDI).....	284
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Parâmetros nas contratações realizadas por entes federativos sem recursos da União .....	287
	<i>Parágrafo 4º</i>	

5	Estimativa de valor nas contratações diretas .....	288
	<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
6	Estimativa de valor em licitações que adotem regimes de contratação integrada e semi-integrada.....	289
	<i>Artigo 24</i>	
1	O possível caráter sigiloso do valor estimado para a contratação .....	290
	<i>Artigo 25 e Parágrafos 1º, 2º e 3º</i>	
1	Conteúdo do edital licitatório.....	293
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2	Previsão da obrigatoriedade de implantação de programa de integridade.....	294
	<i>Parágrafos 5º e 6º</i>	
3	Previsão no edital da responsabilidade pelo licenciamento ambiental e prioridade de tramitação .....	296
3.1	A possibilidade de previsão da obtenção de licenciamento ambiental pelo contratado.....	297
3.2	Prioridade nos licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados.....	298
	<i>Parágrafo 7º</i>	
4	Obrigatória previsão de reajustamento de preços.....	298
	<i>Parágrafo 8º</i>	
5	Reajustamento nas licitações de serviços contínuos .....	300
	<i>Parágrafo 9º e Incisos I e II</i>	
6	Possibilidade de o edital exigir a contratação de mulher vítima de violência doméstica e egresso do sistema prisional .	305
	<b>Artigo 26</b>	
1	As margens de preferência.....	310
	<i>Incisos I e II</i>	
1.1	As margens de preferências e suas bases.....	311
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Percentuais das margens de preferência .....	314
	<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Exclusão da aplicação das preferências.....	314
	<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento.....	314
	<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação.....	316
	<i>Artigo 27</i>	
1	Divulgação em sítio eletrônico .....	318
	<b>Artigo 28 e Parágrafos 1º e 2º</b>	
1	Modalidades de licitação.....	319
	<b>Artigo 29</b>	
1	Concorrência e Pregão .....	322
	<b>Artigo 30</b>	
1	Concurso.....	325
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Cessão dos direitos patrimoniais à Administração Pública .....	326
	<b>Artigo 31</b>	
1	Leilão .....	329
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A escolha do leiloeiro oficial.....	329
	<i>Parágrafos 2º, 3º e 4º</i>	
3	A divulgação e outras disposições do leilão .....	331
	<b>Artigo 32 e Incisos I e II</b>	
1	Diálogo competitivo.....	335
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Procedimento do diálogo competitivo .....	338
	<i>Incisos I, II e III</i>	
2.1	Divulgação do edital e manifestações de interesse em participar do certame.....	339
	<i>Incisos IV a VII</i>	
2.2	A fase de diálogo .....	339
	<i>Inciso VIII</i>	
2.3	Declaração de conclusão da fase de diálogo e início da fase de competição.....	340
	<i>Incisos IX e X</i>	
2.4	Etapa de análise das propostas e definição da vencedora .....	340
	<i>Inciso XI e Parágrafo 2º</i>	

2.5	A condução do certame.....	341
<b>Artigo 33</b>		
1	Critérios de julgamento.....	342
	<i>Inciso I e Parágrafo 1º</i>	
1.1	Critério do menor preço.....	342
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Critério do maior desconto.....	343
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Critérios da melhor técnica ou do melhor conteúdo artístico.....	344
1.3.1	Critério da melhor técnica.....	344
1.3.2	Critério do melhor conteúdo artístico.....	344
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Critério de técnica e preço.....	345
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Critério do maior lance, no caso de leilão.....	345
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Critério do maior retorno econômico.....	346
<b>Artigo 34</b>		
1	O julgamento pelo critério do menor preço.....	348
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	O julgamento pelo critério do maior desconto.....	349
<b>Artigo 35 e Parágrafo Único</b>		
1	O julgamento pelo critério da melhor técnica ou conteúdo artístico.....	351
<b>Artigo 36 e Parágrafo 1º</b>		
1	O julgamento pelo critério da técnica e preço.....	353
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Avaliação e ponderação das propostas técnicas e de preço.....	357
	<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Consideração do desempenho anterior na pontuação técnica.....	357
<b>Artigo 37</b>		
1	Procedimento no julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço.....	359
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Constituição da banca examinadora.....	360
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Uso obrigatório dos critérios melhor técnica ou técnica e preço.....	361
<b>Artigo 38</b>		
1	Exigência de que os profissionais pontuados executem o objeto contratado.....	362
<b>Artigo 39</b>		
1	O julgamento pelo critério do maior retorno econômico.....	363
<b>Artigo 40</b>		
1	O Planejamento anual das compras.....	367
	<i>Inciso I</i>	
1.1	As condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.....	368
	<i>Inciso II</i>	
1.2	O processamento por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).....	369
	<i>Inciso III</i>	
1.3	A determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas.....	370
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	As condições de guarda e armazenamento.....	371
	<i>Inciso V e Parágrafos 2º e 3º</i>	
1.5	Os princípios.....	371
1.5.1	Princípio da padronização.....	372
1.5.2	Princípio do parcelamento.....	372
1.5.3	Princípio da responsabilidade fiscal.....	374
	<i>Parágrafos 1º e 4º</i>	
2	Informações do termo de referência.....	375
<b>Artigo 41 e Parágrafo Único</b>		
1	Indicação excepcional de marcas ou modelos.....	377
1.1	Marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor.....	379
1.2	Exigência excepcional de amostra ou prova de conceito.....	379

1.3	A carta de solidariedade emitida pelo fabricante.....	379
<b>Artigo 42</b>		
1	A prova de qualidade do produto.....	382
	<i>Inciso I</i>	
1.1	A comprovação de que o produto esteja de acordo com as normas técnicas.....	384
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão.....	384
	<i>Inciso III</i>	
1.3	A certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação.....	385
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Exigência de aceitabilidade da proposta.....	386
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
3	A possibilidade de exigência de amostras e da apresentação de protótipos.....	387
<b>Artigo 43 e parágrafo 1º</b>		
1	O processo de padronização dos produtos.....	389
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	A contratação de soluções baseadas em software de uso disseminado.....	390
<b>Artigo 44</b>		
1	Decisão entre comprar ou alugar um bem.....	392
<b>Artigo 45</b>		
1	Normas ambientais a serem respeitadas nas obras e serviços de engenharia.....	393
<b>Artigo 46</b>		
1	Regimes na execução indireta de obras e serviços de engenharia.....	398
1.1	Empreitada e tarefa.....	399
1.2	Empreitadas por preço unitário e por preço global.....	400
1.3	Empreitada integral.....	400
1.4	Tarefa.....	401
1.5	Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	401
1.6	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	402
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Vedação à realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo.....	403
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Dispensa da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada.....	404
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Submissão do projeto básico à Administração.....	404
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Previsão da efetivação de desapropriação na contratação integrada e na semi-integrada.....	405
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Possibilidade de alteração do projeto básico na contratação semi-integrada.....	405
	<i>Parágrafo 6º</i>	
7	Aprovação de cada etapa de execução.....	406
	<i>Parágrafo 9º</i>	
8	Obrigatoriedade do uso do preço global.....	406
<b>Artigo 47</b>		
1	Princípios nas licitações de serviços.....	407
1.1	Princípio da padronização.....	407
1.2	Princípio do parcelamento.....	408
	<i>Parágrafo 1º e Incisos I, II e III</i>	
2	A aplicação do Princípio do Parcelamento nas contratações de serviços.....	409
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Exigência de unidade de prestação de serviços em distância compatível.....	410
<b>Artigo 48</b>		
1	Terceirização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares.....	412
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Vedação ao contratado de contratar cônjuge, companheiro ou parente.....	417
<b>Artigo 49 e Parágrafo único</b>		
1	Permissão para contratar mais de uma empresa para o mesmo serviço.....	418
1.1	A economia de escala.....	418
<b>Artigo 50</b>		
1	Comprovações nos serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	420

<b>Artigo 51</b>		
1	Locação de imóveis pela Administração.....	422
<b>Artigo 52</b>		
1	Licitações internacionais .....	424
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A cotação do preço em moeda estrangeira.....	428
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Conversão da moeda para pagamento .....	430
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Garantias de pagamento ao vencedor da licitação.....	430
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Indicação dos gravames incidentes no edital licitatório.....	430
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Sujeição de todos os licitantes às mesmas regras .....	433
	<i>Parágrafo 6º</i>	
7	Vedação ao estabelecimento de barreiras a licitantes estrangeiros.....	433
<b>Artigo 53</b>		
1	Apreciação jurídica do processo licitatório .....	434
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A elaboração do parecer jurídico .....	438
	<i>Inciso I</i>	
2.1	Apreciar o processo licitatório com atribuição de prioridade .....	438
	<i>Inciso II</i>	
2.2	Redação da manifestação em linguagem simples e compreensível .....	438
3	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei nº 13.655/2018) e as decisões dos agentes públicos responsáveis.....	439
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Divulgação do edital após o término da aprovação jurídica .....	441
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Apreciação jurídica das contratações diretas e outros ajustes.....	442
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Dispensa da apreciação jurídica em situações específicas .....	442
7	A responsabilização solidária do aprovador jurídico.....	443
<b>Artigo 54 e Parágrafos 2º e 3º</b>		
1	A publicidade do edital.....	445
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	A publicação de extrato do edital em jornais de grande circulação .....	446
	<i>Artigo 55</i>	
1	Prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances.....	448
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Modificações no edital.....	449
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Redução do prazo de apresentação de propostas e lances.....	449
<b>Artigo 56</b>		
1	Modos de disputa passíveis de serem adotados.....	450
	<i>Incisos I e II</i>	
1.1	Procedimentos dos modos de disputa aberto e fechado .....	451
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Vedações ao uso dos modos de disputa fechado e aberto.....	453
	<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Lances intermediários.....	454
	<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Admissão de reinício da disputa aberta .....	454
	<i>Parágrafo 5º</i>	
5	Reelaboração das planilhas.....	455
<b>Artigo 57</b>		
1	Intervalo mínimo de diferença entre os lances .....	456
<b>Artigo 58</b>		
1	Garantia para participação na licitação.....	457
<b>Artigo 59</b>		

1	Desclassificação das propostas.....	460
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Propostas com vícios insanáveis.....	461
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Descumprimento de especificações técnicas indicadas no edital.....	462
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Preços inexequíveis ou que permanecerem acima do orçamento estimado.....	462
1.3.1	Preços inexequíveis.....	462
1.3.2	Propostas com preços que permaneçam acima do orçamento estimado.....	463
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Propostas sem exequibilidade.....	463
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Desconformidade com outras exigências do edital.....	464
	<i>Parágrafo 5º</i>	
2	Garantia adicional nas contratações de obras e serviços de engenharia.....	465
<b>Artigo 60 e Parágrafo 2º</b>		
1	Elenco de critérios para o desempate nas licitações.....	466
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Primeiro critério: Apresentação de novas propostas pelos licitantes empatados.....	467
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Segundo critério: Avaliação do desempenho contratual prévio.....	467
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Terceiro critério: Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho.....	468
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Quarto critério: Desenvolvimento de programa de integridade.....	469
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Regras de preferência na manutenção do empate.....	469
<b>Artigo 61 e Parágrafos 1º e 2º</b>		
1	Negociação de condições mais vantajosas.....	471
<b>Artigo 62</b>		
1	A fase de habilitação.....	473
<b>Artigo 63</b>		
1	Disposições a serem observadas na fase de habilitação.....	474
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.....	475
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.....	476
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Demonstração de regularidade fiscal apenas do mais bem classificado.....	477
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado.....	477
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Propostas que compreendam os custos que atendam aos direitos trabalhistas.....	478
	<i>Parágrafo 2º, 3º e 4º</i>	
3	Atestado de conhecimento do local e das condições de realização do objeto.....	479
<b>Artigo 64 e Incisos I e II</b>		
1	Impossibilidade de substituição ou apresentação de novos documentos.....	481
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Responsabilidade do agente de contratação para sanar erros ou falhas.....	484
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Não exclusão do licitante por motivo habilitatório quando já encerrada a fase habilitatória.....	484
<b>Artigo 65 e Parágrafo 1º</b>		
1	Condições de habilitação e as exigências para empresas recém criadas.....	485
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Possibilidade de a habilitação ocorrer por processo eletrônico.....	486
<b>Artigo 66</b>		
1	A habilitação jurídica.....	487
1.1	A questão da habilitação de empresas em recuperação judicial.....	487
1.2	A habilitação das cooperativas.....	489

<b>Artigo 67</b>	
1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica ..... 493
1.1	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica ..... 493
	<i>Inciso I</i>
1.2	Registro na entidade profissional ..... 495
	<i>Inciso II</i>
1.3	Comprovação de aptidão de capacidade operacional ..... 496
	<i>Inciso III</i>
1.4	Disponibilidade de pessoal técnico, de instalações e de aparelhamento adequados ..... 497
	<i>Inciso IV</i>
1.5	Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial ..... 497
	<i>Inciso V</i>
1.6	Registro ou inscrição na entidade profissional competente ..... 497
	<i>Inciso VI</i>
1.7	Declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais ..... 498
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>
2	Limites à exigência de capacidade técnica ..... 498
	<i>Parágrafos 3º a 9º</i>
3	Regras de atesto da capacidade técnica jungidas a situações específicas ..... 499
	<i>Parágrafo 3º</i>
3.1	Substituição por outras provas ..... 499
	<i>Parágrafo 4º</i>
3.2	Atestados emitidos por estrangeiros ..... 500
	<i>Parágrafo 5º</i>
3.3	Atestados de serviços similares na contratação de serviços contínuos ..... 502
	<i>Parágrafo 6º</i>
3.4	Obrigatoriedade de os profissionais participarem da obra ou serviço ..... 503
	<i>Parágrafo 7º</i>
3.5	Inscrição de empresas estrangeiras em entidade profissional competente ..... 503
	<i>Parágrafo 8º</i>
3.6	Exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante ..... 503
	<i>Parágrafo 9º</i>
3.7	Atestados de subcontratados ..... 504
	<i>Parágrafos 10 e 11</i>
3.8	Atestados emitidos em favor de consórcio que o licitante tenha participado ..... 504
	<i>Parágrafo 12</i>
3.9	Atestados de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções ..... 505
<b>Artigo 68</b>	
1	As habilitações fiscal, social e trabalhista ..... 506
	<i>Inciso I</i>
1.1	Inscrição no CPF ou no CNPJ ..... 507
	<i>Inciso II</i>
1.2	Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal ..... 507
	<i>Inciso III</i>
1.3	Regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal ..... 507
1.3.1	A questão da regularidade ou quitação ..... 508
1.3.2	A constitucionalidade da exigência ..... 509
1.3.3	A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas ..... 510
1.3.4	A questão do domicílio ou sede do licitante ..... 512
1.3.5	A certidão negativa de dívida ativa ..... 513
	<i>Inciso IV</i>
1.4	Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ..... 515
	<i>Inciso V</i>
1.5	Regularidade perante a Justiça do Trabalho ..... 516
1.5.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ..... 519
	<i>Inciso VI</i>
1.6	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF ..... 520
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Substituição de documentos ..... 522
	<i>Parágrafo 2º</i>
3	Comprovação nos termos da legislação específica ..... 522
4	A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal) ..... 523

<b>Artigo 69</b>	
1	Habilitação econômico-financeira..... 527
	<i>Inciso I e Parágrafo 6º</i>
1.1	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis..... 528
	<i>Inciso II</i>
1.2	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede ..... 530
1.2.1	A questão do pedido de falência postulado por terceiro ..... 531
1.2.2	Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio ..... 531
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Declaração assinada por profissional da área contábil..... 531
	<i>Parágrafo 2º</i>
3	Vedação à exigência de valores mínimos de faturamento ..... 532
	<i>Parágrafo 3º</i>
4	Relação dos compromissos assumidos pelo licitante..... 532
	<i>Parágrafo 4º</i>
5	Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços..... 533
	<i>Parágrafo 5º</i>
6	Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis ..... 534
<b>Artigo 70 e incisos I a III</b>	
1	Apresentação dos documentos de habilitação..... 536
1.1	As certidões via Internet..... 537
	<i>Parágrafo único</i>
2	Documentação de empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil ..... 538
<b>Artigo 71</b>	
1	Encerramento da licitação ..... 540
2	Revogação e anulação de ato administrativo..... 541
	<i>Parágrafos 1º e 3º</i>
3	A anulação da licitação..... 541
	<i>Parágrafo 2º</i>
4	A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes..... 542
	<i>Parágrafo 4º</i>
5	Tratamento idêntico nas contratações diretas e nos procedimentos auxiliares da licitação ..... 543
<b>Artigo 72</b>	
1	Do Processo de Contratação Direta ..... 544
1.1	A Contratação Direta – Licitação Inexigível, Dispensável e Dispensada..... 545
1.2	Condições para a eficácia das contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade licitatória ..... 546
1.2.1	Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo ..... 547
1.2.2	Estimativa de despesa..... 548
1.2.3	Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento aos requisitos exigidos ..... 548
1.2.4	Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido ..... 548
1.2.5	Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária..... 548
1.2.6	Razão da escolha do contratado..... 549
1.2.7	Justificativa de preço..... 549
1.2.8	Autorização da autoridade competente ..... 551
	<i>Parágrafo único</i>
2	Divulgação da contratação direta ..... 552
1	Contratação direta com dolo, fraude ou erro grosseiro..... 553
<b>Artigo 74</b>	
1	Licitação inexigível..... 555
	<i>Inciso I e Parágrafo 1º</i>
1.1	Fornecedor exclusivo ..... 558
1.1.1	Exclusividade do fornecedor ..... 559
	<i>Inciso II e Parágrafo 2º</i>
1.2	Contratação de profissional do setor artístico..... 560
	<i>Inciso III e Parágrafos 3º e 4º</i>
1.3	Contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual de notória especialização ..... 564
1.3.1	A identificação da notória especialização..... 564
1.3.2	A necessidade de “confiança” no profissional..... 565
1.3.3	A questão do elenco taxativo do inciso..... 567
1.3.4	A questão da inscrição de servidores em cursos de treinamento ..... 567
1.3.5	A questão da contratação de serviços advocatícios ..... 568
	<i>Inciso IV</i>

1.4	Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento .....	571
	<i>Inciso V e Parágrafo 5º</i>	
1.5	Aquisição ou locação de imóvel cujas características tornem necessária a sua escolha .....	572
1.5.1	A questão da existência de vários imóveis com as mesmas características.....	574
1.5.2	Contratação direta no caso de imóveis com pendências de acabamento .....	575
1.5.3	Contratação direta de locação sob medida ( <i>built to suit</i> ) .....	576
<b>Artigo 75</b>		
1	A licitação dispensável .....	581
1.1	Hipóteses de licitação dispensável .....	583
	<i>Incisos I e II e Parágrafos 1º, 3º, 4º e 7º</i>	
1.1.1	Obras, serviços de engenharia, serviços de manutenção de veículos automotores, outros serviços e compras de pequeno valor	583
	<i>Parágrafo 2º</i>	
1.1.1.1	Regime especial para consórcios públicos, autarquias e fundações qualificadas como agências executivas .....	586
1.1.1.1.1	Consórcios públicos .....	586
1.1.1.1.2	Agências executivas .....	587
1.1.1.2	Dispensa de licitação na forma eletrônica .....	587
	<i>Inciso III</i>	
1.2	Licitações desertas ou frustradas .....	597
	<i>Inciso IV</i>	
1.3	Contratações de objetos específicos .....	598
	<i>Alínea 'a'</i>	
1.3.1	Aquisição de bens para manutenção durante o período de garantia técnica .....	600
	<i>Alínea 'b'</i>	
1.3.2	Aquisição nos termos de acordo internacional.....	601
	<i>Alínea 'c' e Parágrafo 5º</i>	
1.3.3	Dispensa de licitação nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	605
	<i>Alínea 'd'</i>	
1.3.4	Transferência de tecnologia .....	607
	<i>Alínea 'e'</i>	
1.3.5	Aquisição de perecíveis.....	609
1.3.5.1	O gênero perecível .....	610
1.3.5.2	A questão do preço do dia .....	610
	<i>Alínea 'f'</i>	
1.3.6	Bens ou serviços produzidos ou prestados no País de alta tecnologia e defesa nacional .....	611
	<i>Alínea 'g'</i>	
1.3.7	Manutenção da padronização de materiais de uso militar .....	611
1.3.7.1	A padronização.....	612
	<i>Alínea 'h'</i>	
1.3.8	Atendimento de militares em operações de paz no exterior.....	613
	<i>Alínea 'i'</i>	
1.3.9	Contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	614
	<i>Alínea 'j'</i>	
1.3.10	Coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis.....	615
	<i>Alínea 'k'</i>	
1.3.11	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	616
1.3.11.1	Obras de arte ou objetos históricos .....	617
1.3.11.2	Compatibilidade com as finalidades do ente contratante .....	618
	<i>Alínea 'l'</i>	
1.3.12	Serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas	618
	<i>Alínea 'm'</i>	
1.3.13	Medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras .....	619
	<i>Inciso V</i>	
1.4	Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004 .....	620
	<i>Inciso VI</i>	
1.5	Comprometimento da segurança nacional.....	623
1.5.1	O conceito de segurança nacional.....	624
	<i>Inciso VII</i>	
1.6	Casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou grave perturbação da ordem.....	624
1.6.1	Guerra .....	625
1.6.2	Estado de defesa, Estado de Sítio e Intervenção Federal.....	626
1.6.3	Grave perturbação da ordem.....	629
1.6.4	Cabimento da dispensa licitatória .....	629
	<i>Inciso VIII e Parágrafo 6º</i>	

1.7	Emergência ou calamidade pública.....	629
1.7.1	Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública.....	632
1.7.2	A questão da emergência em face de negligência do agente público responsável .....	633
1.7.3	A questão da contratação emergencial em face de obstrução judicial .....	635
1.7.4	Situações emergenciais que afastarão as formalidades do art. 72.....	635
	<i>Inciso IX</i>	
1.8	Contratação entre pessoas jurídicas de direito público interno .....	636
1.8.1	Contratações entre entidades de esferas diferentes .....	638
	<i>Inciso X</i>	
1.9	Intervenção no domínio econômico .....	639
	<i>Inciso XI</i>	
1.10	Celebração de contrato de programa .....	640
	<i>Inciso XII</i>	
1.11	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS).....	642
	<i>Inciso XIII</i>	
1.12	Contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica .....	643
	<i>Inciso XIV</i>	
1.13	Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência .....	643
	<i>Inciso XV</i>	
1.14	Contratação de instituição sem fins lucrativos .....	645
1.14.1	O conceito de instituição .....	646
1.14.2	Instituição brasileira.....	647
1.14.3	Os fins das instituições .....	648
1.14.4	A reputação das instituições.....	649
1.14.5	A inexistência de fins lucrativos .....	650
	<i>Inciso XVI</i>	
1.15	Contratação para a aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio .....	652
	<i>Inciso XVII</i>	
1.16	Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água.....	654
	<i>Inciso XVIII</i>	
1.17	Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária .....	655
2	Faculdade de convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	655
	<b>Artigo 76</b>	
1	Licitação Dispensada .....	658
1.1	A alienação de bens da Administração Pública .....	659
1.2	Bens públicos .....	659
1.2.1	A alienação de bens públicos.....	660
1.2.1.1	Alienação de bens públicos imóveis.....	661
1.2.1.1.1	Interesse público.....	661
1.2.1.1.2	Avaliação prévia .....	662
1.2.1.1.3	Autorização legislativa .....	663
	<i>Inciso I</i>	
2	Dispensa de licitação para a alienação de bens imóveis.....	664
	<i>Alínea 'a'</i>	
2.1	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de dação em pagamento.....	665
	<i>Alínea 'b'</i>	
2.2	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de doação .....	666
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2.2.1	Reversão da doação.....	666
	<i>Parágrafos 6º e 7º</i>	
2.2.2	Doação com encargo (doação onerosa).....	668
	<i>Alínea 'c'</i>	
2.3	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de permuta.....	669
	<i>Alínea 'd' e Parágrafo 5º</i>	
2.4	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de investidura .....	670
	<i>Alínea 'e'</i>	
2.5	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública .....	673
	<i>Alínea 'f'</i>	
2.6	Dispensa para alienação de imóveis, por intermédio de diversos institutos, no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária .....	674
	<i>Alínea 'g'</i>	
2.7	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de alienação de bens imóveis para uso comercial .....	678

	<i>Alínea 'h'</i>	
2.8	Dispensa para alienação de terras públicas rurais da União e do Incra, para fins de regularização fundiária .....	678
	<i>Alínea 'i'</i>	
2.9	Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse .....	679
	<i>Alínea 'j'</i>	
2.10	Legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465/2017 .....	679
	<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
2.11	Dispensa na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de	
imóvel	681	
	<i>Inciso I</i>	
2.11.1	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis quando destinar-se a entes da Administração .....	681
	<i>Inciso II</i>	
2.11.2	Dispensa para a concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis a pessoa natural.....	681
	<i>Inciso II</i>	
3	Alienação de bens móveis.....	683
	<i>Alínea 'a'</i>	
3.1	Doação.....	683
	<i>Alínea 'b'</i>	
3.2	Permuta.....	685
	<i>Alínea 'c'</i>	
3.3	Venda de ações.....	685
	<i>Alínea 'd'</i>	
3.4	Venda de títulos.....	686
	<i>Alínea 'e'</i>	
3.5	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública.....	687
	<i>Alínea 'f'</i>	
3.6	Venda de materiais sem utilização previsível para outros órgãos ou entidades da Administração .....	687
	<b>Artigo 77</b>	
1	Direito de preferência .....	689
	<b>Artigo 78</b>	
1	Procedimentos auxiliares nas licitações.....	690
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Critérios e julgamento .....	691
	<b>Artigo 79</b>	
1	Credenciamento.....	692
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Regulamentação do credenciamento.....	697
	<b>Artigo 80</b>	
1	Pré-qualificação .....	699
2	Condutas na Pré-qualificação.....	700
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2.1	Regras a serem observadas .....	700
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2.2	Pré-qualificação aberta permanentemente .....	701
	<i>Parágrafo 3º</i>	
2.3	Exigências do edital de pré-qualificação.....	701
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2.4	Apresentação da documentação .....	702
	<i>Parágrafos 5º, 6º e 7º</i>	
2.5	Regras da pré-qualificação.....	702
	<i>Parágrafos 8º e 9º</i>	
2.6	Prazo de validade da pré-qualificação e de divulgação .....	703
	<i>Parágrafo 10</i>	
2.7	Licitação restrita a pré-qualificados.....	703
	<b>Artigo 81</b>	
1	O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	706
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
1.1	Publicização dos estudos e projetos e decorrências da feitura do trabalho.....	707
	<i>Parágrafo 3º</i>	
1.2	Parecer da Administração para aceitação dos produtos e serviços .....	708

	<i>Parágrafo 4º</i>	
1.3	PMI restrito a <i>startups</i> .....	708
<b>Artigo 82</b>		
1	Sistema de Registro de Preços (SRP) .....	712
1.1	O edital de licitação para o SRP .....	716
	<i>Inciso I e Parágrafos 3º e 4º</i>	
1.2	Especificidades e objeto, com indicação da quantidade máxima de itens.....	717
	<i>Inciso II</i>	
1.3	Quantidade mínima a ser cotada .....	718
	<i>Inciso III</i>	
1.4	Possibilidade de previsão de preços diferentes .....	718
	<i>Inciso IV</i>	
1.5	Oferecimento ou não de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto .....	719
	<i>Inciso V</i>	
1.6	CrITÉRIOS de julgamento nas licitações de registro de preços .....	719
	<i>Inciso VI</i>	
1.7	Alterações dos preços registrados .....	721
	<i>Inciso VII</i>	
1.8	Registro de mais de um fornecedor.....	725
	<i>Inciso VIII</i>	
1.9	Proibição da participação em mais de uma Ata de Registro de Preços.....	726
	<i>Inciso IX</i>	
1.10	Hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços .....	727
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Utilização do critério de julgamento por grupo de itens.....	728
	<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Condições para o uso do SRP .....	729
	<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Contratação direta para registro de preços nas contratações feitas por mais de um órgão ou entidade.....	730
<b>Artigo 83</b>		
1	Não obrigação da Administração contratar .....	731
<b>Artigo 84</b>		
1	Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.....	732
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Prazo do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.....	732
<b>Artigo 85</b>		
1	Sistema de Registro de Preços na execução de obras e serviços de engenharia .....	734
<b>Artigo 86 e Parágrafo 1º</b>		
1	A Intenção de Registro de Preços (IRP) .....	737
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	A adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços.....	738
	<i>Parágrafos 3º a 8º</i>	
3	Limites às adesões às Atas de Registro de Preços.....	741
<b>Artigo 87</b>		
1	Sistema de registro cadastral unificado .....	744
	<i>Parágrafos 1º a 4º</i>	
2	Regras para o Sistema Nacional de Cadastramento .....	745
<b>Artigo 88</b>		
1	Regras para inscrição no cadastro.....	746
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Cadastramento por categorias e certificado .....	747
	<i>Parágrafos 3º e 4º</i>	
3	Anotações cadastrais.....	747
	<i>Parágrafo 5º</i>	
4	Modificações no cadastro.....	748
	<i>Parágrafo 6º</i>	
5	Atraso na entrega do certificado de cadastro .....	749
<b>Artigo 89</b>		
1	O contrato .....	750
1.1	O contrato e o Estado.....	751

1.2	Contratos da Administração.....	751
1.3	Subdivisão dos contratos da Administração.....	752
1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública.....	752
1.3.2	Contratos administrativos.....	752
1.3.2.1	Sujeitos do contrato administrativo.....	753
1.3.2.2	Características do contrato administrativo.....	753
	<i>Parágrafo 1º e 2º</i>	
2	As cláusulas contratuais.....	753
2.1	Contratos oriundos de contratação direta.....	754
2.2	Os “contratos guarda-chuva”.....	754
<b>Artigo 90</b>		
1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário).....	757
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Prorrogação do prazo de contratação.....	757
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Convocação de demais licitantes.....	757
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prazo de validade da proposta.....	758
	<i>Parágrafo 4º</i>	
5	Possibilidade de negociação.....	758
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	759
	<i>Parágrafo 6º</i>	
7	Não aplicação aos demais licitantes convocados.....	760
	<i>Parágrafo 7º</i>	
8	Convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	760
<b>Artigo 91 e Parágrafos 1º e 2º</b>		
1	Formalização do contrato administrativo.....	761
	<i>Parágrafo 3º</i>	
2	Contrato na forma eletrônica.....	762
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Providências anteriores à celebração do contrato ou de termos aditivos prorrogatórios.....	762
<b>Artigo 92</b>		
1	Cláusulas necessárias.....	765
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Objeto do contrato.....	766
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Vinculação ao edital e à proposta.....	766
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Legislação aplicável.....	766
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Regime de execução ou forma de fornecimento.....	767
1.4.1	Regimes de execução.....	767
1.4.2	Formas de fornecimento.....	767
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	768
1.5.1	Reajustamento de preços.....	768
1.5.2	Atualização monetária.....	770
1.5.3	Das regras para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos.....	770
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Critérios e periodicidade da medição e prazo para liquidação e pagamento.....	771
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Prazos contratuais.....	772
	<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Especificação dos recursos orçamentários.....	773
	<i>Inciso IX</i>	
1.9	Matriz de risco.....	773
	<i>Inciso X</i>	
1.10	Prazo para resposta a pedido de repactuação de preços.....	774
	<i>Inciso XI</i>	
1.11	Prazo para resposta a pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.....	779
	<i>Inciso XII</i>	

1.12	Garantias contratuais .....	780
	<i>Inciso XIII</i>	
1.13	Garantia do objeto .....	781
	<i>Inciso XIV</i>	
1.14	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas .....	781
1.14.1	Direitos e responsabilidades .....	781
1.14.2	Penalidades e multas .....	781
	<i>Inciso XV</i>	
1.15	Condições de importação de bens .....	781
	<i>Inciso XVI</i>	
1.16	Manutenção das condições de habilitação .....	782
	<i>Inciso XVII</i>	
1.17	Reserva de cargos para pessoa com deficiência .....	782
	<i>Inciso XVIII</i>	
1.18	Modelo de gestão do contrato .....	782
	<i>Inciso XIX</i>	
1.19	Hipóteses de extinção contratual .....	782
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Declaração como competente o foro da sede da Administração .....	783
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Cláusula prevendo período para verificação de pendências .....	783
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Cláusula de reajustamento independentemente do prazo de duração .....	784
	<i>Parágrafos 4º e 6º</i>	
5	Reajustamento nos contratos de serviços contínuos .....	784
	<i>Parágrafo 5º</i>	
6	Medição mensal nos contratos de obras e serviços de engenharia .....	786
	<i>Parágrafo 7º</i>	
7	Definição do que seria “adimplemento da obrigação contratual” .....	787
<b>Artigo 93 e Parágrafo 3º</b>		
1	Cessão de direitos patrimoniais .....	788
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Obra imaterial de caráter tecnológico .....	789
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Dispensa da exigência de cessão de direitos patrimoniais .....	790
<b>Artigo 94</b>		
1	Divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) .....	791
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Divulgação dos contratos celebrados em caso de urgência .....	792
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Divulgação dos contratos celebrados por inexigibilidade com profissional do setor artístico .....	793
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Publicização dos contratos de obras .....	793
<b>Artigo 95</b>		
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato .....	794
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Os documentos substitutivos do contrato .....	795
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Nulidade do contrato verbal .....	796
<b>Artigo 96</b>		
1	A prestação de garantia pelo contratado .....	798
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Modalidades de garantia .....	799
	<i>Inciso I</i>	
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública .....	799
	<i>Inciso II</i>	
2.2	O seguro-garantia .....	801
	<i>Inciso III</i>	
2.3	Fiança bancária .....	801
2.4	Garantia de bens ou pessoas .....	802
	<i>Parágrafo 2º</i>	

3	Suspensão do contrato por ordem da Administração .....	802
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prazo para a prestação da garantia.....	802
<b>Artigo 97</b>		
1	Regras para o seguro-garantia.....	804
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Seguro-garantia nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços.....	805
<b>Artigo 98 e Parágrafo Único</b>		
1	Limites da garantia.....	806
<b>Artigo 99</b>		
1	Seguro-garantia nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto	807
<b>Artigo 100</b>		
1	Devolução da garantia.....	809
<b>Artigo 101</b>		
1	Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração .....	810
<b>Artigo 102</b>		
1	A cláusula de retomada.....	811
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Disposições para o caso de inadimplemento do contratado.....	812
<b>Artigo 103 e Parágrafos 1º a 3º</b>		
1	A alocação de riscos nos contratos.....	813
	<i>Parágrafos 4º e 5º</i>	
2	Definição do equilíbrio econômico-financeiro .....	816
	<i>Parágrafo 6º</i>	
3	Adoção de métodos usualmente utilizados .....	817
<b>Artigo 104</b>		
1	Prerrogativas conferidas à Administração Pública .....	818
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Modificação unilateral do contrato administrativo.....	819
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Extinção unilateral do contrato administrativo .....	819
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Fiscalização da execução do contrato administrativo.....	820
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo .....	820
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Ocupação provisória de instalações .....	820
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias .....	821
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral.....	822
<b>Artigo 105</b>		
1	Duração dos contratos .....	823
<b>Artigo 106</b>		
1	Duração dos serviços e fornecimentos contínuos.....	825
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Limite para extinção do contrato .....	826
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Aluguel de equipamentos e a utilização de programas de informática.....	827
<b>Artigo 107</b>		
1	Prorrogação dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos .....	828
<b>Artigo 108</b>		
1	Contratos com duração de até dez anos .....	830
<b>Artigo 109</b>		
1	Contrato com prazo indeterminado .....	832
<b>Artigo 110 e Incisos I e II</b>		
1	Prazos de duração dos contratos geradores de receita e de eficiência .....	833

<b>Artigo 111 e Parágrafo único</b>	
1	Prorrogação do prazo na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido ..... 835
<b>Artigo 112</b>	
1	Prazos contratuais previstos em lei especial ..... 836
<b>Artigo 113</b>	
1	Contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado..... 837
<b>Artigo 114</b>	
1	Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação ..... 838
<b>Artigo 115</b>	
1	Obrigatoriedade da fiel execução do contrato ..... 839
	<i>Parágrafos 1º e 5º</i>
2	Proibição do retardamento imotivado de obra ou serviço..... 840
	<i>Parágrafo 4º</i>
3	Obtenção da manifestação prévia ou licença prévia..... 841
	<i>Parágrafos 6º e 7º</i>
4	Divulgação do retardamento motivado de obra ou serviço ..... 841
<b>Artigo 116</b>	
1	Manutenção da reserva de cargos para pessoa com deficiência ..... 842
<b>Artigo 117</b>	
1	A fiscalização do contrato ..... 843
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Tarefas e responsabilidades do fiscal..... 844
	<i>Parágrafo 2º</i>
3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal ..... 846
	<i>Parágrafo 3º</i>
4	Apoio ao fiscal ..... 846
	<i>Parágrafo 4º</i>
5	Regras para a contratação de terceiros..... 847
<b>Artigo 118</b>	
1	Manutenção de preposto por parte da contratada ..... 848
<b>Artigo 119</b>	
1	Defeitos na execução do objeto ..... 850
<b>Artigo 120</b>	
1	Responsabilização do contratado por danos..... 852
<b>Artigo 121</b>	
1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais..... 853
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Não transferência da responsabilidade para a Administração..... 854
2.1	A responsabilidade trabalhista..... 854
	<i>Parágrafo 2º</i>
3	Responsabilidade solidária pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos trabalhistas ..... 858
	<i>Parágrafos 3º e 4º</i>
4	Asseguramento do cumprimento de obrigações trabalhistas ..... 860
	<i>Parágrafo 5º</i>
5	Recolhimento das contribuições previdenciárias ..... 861
<b>Artigo 122</b>	
1	Subcontratação..... 862
1.1	A questão da “cessão do contrato” ..... 863
1.2	Exigências para a subcontratação ..... 864
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Capacidade técnica do subcontratado ..... 864
3	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006) ..... 865
	<i>Parágrafo 2º</i>
4	Regulamentação específica ..... 866
	<i>Parágrafo 3º</i>
5	Vedação de subcontratação de pessoa física ou jurídica ..... 866
<b>Artigo 123 e Parágrafo único</b>	
1	Decisão sobre todas as solicitações e reclamações..... 867

<b>Artigo 124</b>		
1	Alteração do contrato administrativo .....	869
	<i>Inciso I</i>	
2	Alteração unilateral.....	869
2.1	Alteração do projeto ou especificações .....	869
2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa .....	870
	<i>Inciso II</i>	
3	Alteração por acordo das partes .....	870
	<i>Alínea 'a'</i>	
3.1	Substituição da garantia de execução contratual.....	871
	<i>Alínea 'b'</i>	
3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento.....	871
	<i>Alínea 'c'</i>	
3.3	Modificação da forma de pagamento.....	871
	<i>Alínea 'd' e Parágrafo 2º</i>	
3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro .....	872
	<i>Parágrafo 1º</i>	
4	Alterações por falhas de projeto.....	873
<b>Artigo 125</b>		
1	Limitação dos acréscimos ou supressões.....	874
<b>Artigo 126</b>		
1	Impossibilidade de transfiguração do objeto da contratação .....	875
<b>Artigo 127</b>		
1	Regras para fixação dos preços unitários.....	876
<b>Artigo 128</b>		
1	Vedação à redução em favor do contratado .....	877
<b>Artigo 129</b>		
1	Indenização do contratado.....	878
<b>Artigo 130</b>		
1	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que altere os encargos do contratado .....	879
<b>Artigo 131</b>		
1	Possibilidade de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro após a extinção do contrato .....	880
	<i>Parágrafo Único</i>	
2	Formulação do pedido de reequilíbrio .....	881
<b>Artigo 132</b>		
1	Formalização do termo aditivo como condição para a execução.....	883
<b>Artigo 133</b>		
1	Vedação de alteração de valores contratuais nas contratações integrada e semi-integrada .....	885
	<i>Incisos I a IV</i>	
1.1	Exceções à regra.....	885
<b>Artigo 134</b>		
1	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais.....	888
<b>Artigo 135</b>		
1	Repactuação dos preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	891
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Limitações estabelecidas .....	892
	<i>Parágrafos 3º a 6º</i>	
3	Regras para a repactuação .....	892
<b>Artigo 136</b>		
1	Utilização de simples apostila .....	894
<b>Artigo 137 e Parágrafo 1º</b>		
1	Extinção do contrato .....	896
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Extinção contratual por descumprimento de normas do edital ou de cláusulas contratuais.....	898
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Extinção contratual por desatendimento de determinações regulares .....	898
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Extinção contratual devido à alteração social ou modificação da empresa.....	899

	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Extinção contratual em função de decretação de falência ou insolvência e dissolução da sociedade ou falecimento do contratado .....	899
1.4.1	Decretação de falência ou insolvência .....	899
1.4.2	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado .....	902
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Extinção contratual em função de caso fortuito ou de força maior .....	903
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Extinção contratual por não obtenção de licença ambiental.....	903
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Extinção contratual em função de atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa .....	904
	<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Extinção contratual em função de razões de interesse público .....	904
	<i>Inciso IX</i>	
1.9	Extinção contratual por não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos.....	905
	<i>Parágrafo 2º</i>	
2	Direito do contratado de extinção do contrato .....	905
	<i>Inciso I</i>	
2.1	Supressão de obras, serviços ou compras por ordem da Administração .....	906
	<i>Inciso II</i>	
2.2	Suspensão da execução contratual por ordem da Administração .....	906
	<i>Inciso III</i>	
2.3	Repetidas suspensões da execução contratual por ordem da Administração .....	907
	<i>Inciso IV</i>	
2.4	Atraso no pagamento.....	907
	<i>Inciso V</i>	
2.5	Não liberação de área por parte da Administração .....	907
	<i>Parágrafo 3º</i>	
3	Regras específicas para os casos de extinção contratual.....	908
	<i>Inciso I</i>	
3.1	Não admissão de extinção do contrato .....	908
	<i>Inciso II</i>	
3.2	Asseguramento ao contratado de suspensão.....	908
	<i>Parágrafo 4º</i>	
4	Notificação obrigatória aos emitentes das garantias.....	909
5	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão.....	909
	<b>Artigo 138</b>	
1	Modalidades de extinção do contrato administrativo .....	911
	<i>Inciso I</i>	
2	Extinção contratual unilateral .....	912
	<i>Inciso II</i>	
3	Extinção contratual consensual.....	912
	<i>Inciso III</i>	
4	Extinção contratual por decisão arbitral ou judicial .....	914
4.1	Extinção contratual por decisão arbitral .....	914
4.2	Extinção contratual pela via judicial .....	917
	<i>Parágrafo 1º</i>	
5	Forma escrita.....	918
	<i>Parágrafo 2º</i>	
6	Extinção contratual por culpa exclusiva da Administração.....	918
	<b>Artigo 139</b>	
1	Consequências da extinção .....	919
	<i>Parágrafos 1º e 2º</i>	
2	Afastamento da solução de continuidade .....	920
	<b>Artigo 140 e Parágrafos 1º, 2º e 3º</b>	
1	Recebimento do objeto contratual .....	922
	<i>Parágrafo 4º</i>	
2	Responsabilidade pela qualidade do objeto.....	923
	<i>Parágrafo 5º</i>	
3	Responsabilidade do projetista .....	924
	<i>Parágrafo 6º</i>	

4	Responsabilidade civil.....	924
<b>Artigo 141 e Parágrafos 1º e 2º</b>		
1	Ordem cronológica dos pagamentos.....	927
	<i>Parágrafo 3º</i>	
2	Disponibilização da ordem cronológica de pagamentos .....	928
<b>Artigo 142</b>		
1	Previsão de pagamento em conta vinculada ou pela efetiva comprovação do fato gerador.....	930
<b>Artigo 143</b>		
1	Pagamento de parcela incontroversa.....	930
<b>Artigo 144</b>		
1	Remuneração variável .....	931
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Ajustes para o pagamento.....	932
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Motivação da remuneração variável, com respeito ao limite orçamentário.....	932
<b>Artigo 145</b>		
1	Proibição de pagamento antecipado .....	933
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Exceção à regra .....	933
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Garantia adicional como condição para o pagamento antecipado .....	934
	<i>Parágrafo 3º</i>	
4	Prevenção em face ao pagamento antecipado .....	935
<b>Artigo 146</b>		
1	Comunicação aos órgãos da administração tributária .....	936
<b>Artigo 147 e Parágrafo único</b>		
1	A declaração de nulidade do contrato .....	938
<b>Artigo 148 e Parágrafos 1º e 2º</b>		
1	Análise prévia do interesse público na declaração de nulidade .....	942
<b>Artigo 149</b>		
1	O dever de indenizar .....	943
<b>Artigo 150</b>		
1	A caracterização objeto da contratação e a indicação dos créditos orçamentários.....	945
2	A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	945
<b>Artigo 151 e Parágrafo único</b>		
1	Meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.....	947
<b>Artigo 152</b>		
1	Arbitragem de direito, com observação do princípio da publicidade .....	952
<b>Artigo 153</b>		
1	Permissão da adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias por aditamento .....	953
<b>Artigo 154</b>		
1	A escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas .....	954
<b>Artigo 155</b>		
1	Infrações administrativas .....	956
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Dar causa à inexecução parcial do contrato .....	958
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.....	959
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Dar causa à inexecução total do contrato .....	960
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.....	961
	<i>Inciso V</i>	
1.5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.....	961
	<i>Inciso VI</i>	
1.6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro	

	do prazo de validade de sua proposta .....	962
1.6.1	Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta .....	962
1.6.2	Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.....	963
	<i>Inciso VII</i>	
1.7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado .....	963
	<i>Inciso VIII</i>	
1.8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.....	964
	<i>Inciso IX</i>	
1.9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato .....	965
	<i>Inciso X</i>	
1.10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza .....	965
1.10.1	Comportamento inidôneo.....	965
1.10.2	Cometimento de fraude de qualquer natureza.....	966
	<i>Inciso XI</i>	
1.11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação .....	967
	<i>Inciso XII</i>	
1.12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	967
<b>Artigo 156</b>		
1	Sanções administrativas .....	972
	<i>Inciso I</i>	
1.1	Advertência .....	973
	<i>Inciso II</i>	
1.2	Multa .....	974
	<i>Inciso III</i>	
1.3	Impedimento de licitar e contratar .....	975
	<i>Inciso IV</i>	
1.4	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.....	975
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Estabelecimento de mecanismos para garantir a justiça nas sanções.....	976
	<i>Parágrafos 2º a 5º</i>	
3	Correlação das sanções com as infrações.....	976
	<i>Parágrafo 6º</i>	
4	Competência para aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.....	977
	<i>Parágrafo 7º</i>	
5	Aplicação cumulativa de sanções .....	978
	<i>Parágrafo 8º</i>	
6	Multa superior ao valor do pagamento devido pela Administração ao contratado.....	978
	<i>Parágrafo 9º</i>	
7	Reparação integral dos danos causados .....	978
<b>Artigo 157</b>		
1	Defesa no caso de aplicação de multa .....	979
<b>Artigo 158 e Parágrafo 1º</b>		
1	Processo de responsabilização no caso das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade .....	980
	<i>Parágrafos 2º e 3º</i>	
2	Processo de responsabilização .....	981
	<i>Parágrafo 4º</i>	
3	Prescrição.....	981
<b>Artigo 159</b>		
1	Apuração e julgamento conjuntos de atos infracionais das leis licitatórias e da Lei Anticorrupção.....	983
<b>Artigo 160</b>		
1	Desconsideração da personalidade jurídica.....	984
<b>Artigo 161 e Parágrafo único</b>		
1	Atualização de dados relativos às sanções aplicadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.....	991
<b>Artigo 162 e Parágrafo único</b>		
1	Multa de mora .....	992
<b>Artigo 163 e Parágrafo único</b>		
1	Reabilitação do licitante ou contratado.....	993

<b>Artigo 164 e Parágrafo único</b>	
1	Impugnação do edital licitatório ..... 995
<b>Artigo 165</b>	
1	O direito de petição ..... 997
	<i>Inciso I</i>
1.1	Recurso administrativo ..... 998
	<i>Inciso II</i>
1.2	Reconsideração ..... 999
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Recurso administrativo devido em virtude do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação ..... 999
	<i>Parágrafos 2º a 5º</i>
3	Trâmite do recurso ..... 1000
<b>Artigo 166 e Parágrafo único</b>	
1	Recurso em face de sanções aplicadas ..... 1001
<b>Artigo 167</b>	
1	Pedido de reconsideração pena de declaração de inidoneidade para licitar ..... 1002
<b>Artigo 168 e Parágrafo único</b>	
1	Recursos e pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo ..... 1003
<b>Artigo 169</b>	
1	Controle nas licitações ..... 1006
	<i>Parágrafo 1º</i>
2	Responsabilidade pela implementação das práticas ..... 1007
	<i>Parágrafo 2º</i>
3	Acesso irrestrito aos documentos e às informações por parte dos órgãos de controle ..... 1008
<b>Artigo 170 e Parágrafos 1, 2º e 3º</b>	
1	Conduta dos órgãos de controle ..... 1010
	<i>Parágrafo 4º</i>
2	Representação junto aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente ..... 1011
2.1	O controle interno ..... 1011
2.2	O controle externo ..... 1012
<b>Artigo 171</b>	
1	Condutas fiscalizatórias ..... 1017
	<i>Parágrafos 1º e 3º</i>
2	Suspensão cautelar do processo licitatório ..... 1017
	<i>Parágrafos 2º e 4º</i>
3	Procedimentos do órgão ou entidade ao ser intimado da ordem de suspensão cautelar ..... 1019
<b>Artigo 172 (VETADO)</b>	
<b>Artigo 173</b>	
1	Capacitação dos servidores e empregados públicos ..... 1020
<b>Artigo 174 e Incisos I e II</b>	
1	Criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ..... 1023
	<i>Parágrafos 1º a 4º</i>
2	Normas sobre Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ..... 1025
<b>Artigo 175 e Parágrafo 1º</b>	
1	Instituição de sítios eletrônicos próprios pelos entes federativos ..... 1028
	<i>Parágrafo 2º</i>
2	Divulgação de informações complementares pelos municípios ..... 1028
<b>Artigo 176 e Parágrafo único</b>	
1	Prazo de adaptação para pequenos municípios ..... 1030
<b>Artigo 177</b>	
1	Alteração do art. 1.048 do Código de Processo Civil ..... 1032
<b>Artigo 178</b>	
1	Alteração do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) ..... 1035
2	Art. 337-E – Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei ..... 1035
2.1	Condutas puníveis ..... 1036
2.2	Objetividade jurídica ..... 1037
2.3	Pena ..... 1037
3	Art. 337-F – Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação ..... 1037
3.1	Condutas puníveis ..... 1038

3.2	Objetividade jurídica .....	1038
3.3	Pena .....	1039
4	Art. 337-G – Patrocinar interesse privado perante a Administração .....	1039
4.1	Conduta punível.....	1039
4.2	Objetividade jurídica .....	1041
4.3	Pena .....	1041
5	Art. 337-H – Permitir qualquer modificação ou vantagem imprópria, em favor do contratado, durante a execução de contrato.....	1042
5.1	Condutas puníveis .....	1043
5.2	Objetividade jurídica .....	1045
5.3	Pena .....	1045
6	Art. 337-I – Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório .....	1045
6.1	Condutas puníveis .....	1045
6.2	Objetividade jurídica .....	1046
6.3	Pena .....	1046
7	Art. 337-J – Devassar o sigilo de proposta apresentada na licitação ou proporcionar a terceiro a possibilidade de devassá-lo.....	1046
7.1	Condutas puníveis .....	1047
7.2	Objetividade jurídica .....	1048
7.3	Pena .....	1048
8	Art. 337-K – Afastar ou tentar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	1048
8.1	Condutas puníveis .....	1049
8.2	Objetividade jurídica .....	1050
8.3	Pena .....	1050
9	Art. 337-L – Fraudar, com prejuízo para a Administração Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou prestação de serviços.....	1050
9.1	Condutas puníveis .....	1050
9.1.1	Entrega ou prestação com qualidade ou em quantidade diversa das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais.....	1050
9.1.2	Fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido.....	1051
9.1.3	Entrega de uma mercadoria por outra.....	1051
9.1.4	Alteração da substância, qualidade ou quantidade.....	1051
9.1.5	Tornar mais onerosa a proposta de preços ou a execução contratual usando fraude .....	1052
9.2	Objetividade jurídica .....	1052
9.3	Pena .....	1052
10	Art. 337-M – Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo .....	1052
10.1	Condutas puníveis .....	1052
10.2	Objetividade jurídica .....	1053
10.3	Pena .....	1053
11	Art. 337-N – Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito .....	1053
11.1	Condutas puníveis .....	1054
11.2	Objetividade jurídica .....	1055
11.3	Pena .....	1055
12	Art. 337-O – Omitir, modificar ou entregar à Administração levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse.....	1055
12.1	Condutas puníveis .....	1056
12.2	Objetividade jurídica .....	1056
12.3	Pena .....	1056
13	Art. 337-P. A pena de multa cominada aos crimes previstos neste Capítulo seguirá a metodologia de cálculo prevista neste Código e não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta .....	1056
<b>Artigo 179</b>		
1	Alteração da Lei de concessões e permissões da prestação de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995) .....	1057
<b>Artigo 180</b>		
1	Alteração da Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/2004) .....	1058
<b>Artigo 181</b>		
1	Instituição de centrais de compras .....	1059
	<i>Parágrafo único</i>	
2	Constituição de consórcios públicos para criação das centrais de compras.....	1060
<b>Artigo 182</b>		
1	Atualização dos valores fixados na lei.....	1062
<b>Artigo 183 e Parágrafo 3º</b>		

1	Contagem de prazo.....	1063
	<i>Parágrafo 1º</i>	
2	Dia de início da contagem do prazo.....	1063
	<i>Parágrafo 2º</i>	
3	Prorrogação do prazo.....	1064
<b>Artigo 184</b>		
1	Aplicação das regras da Nova Lei aos convênios administrativos e outros ajustes.....	1066
<b>Artigo 185</b>		
1	Aplicação das regras do Código Penal às licitações e contratos das Estatais.....	1068
<b>Artigo 186</b>		
1	Aplicação subsidiária.....	1069
<b>Artigo 187</b>		
1	Aplicação dos regulamentos da União por estados, municípios e Distrito Federal.....	1070
<b>Artigo 188 (VETADO)</b>		
<b>Artigo 189</b>		
1	Aplicação da Lei nº 14.133/2021 às normas que mencionam as leis revogadas.....	1071
<b>Artigo 190</b>		
1	Conflito intertemporal.....	1072
<b>Artigo 191 e Parágrafo Único</b>		
1	Opção de a Administração adotar a Nova Lei ou leis anteriores.....	1073
<b>Artigo 192</b>		
1	Contratos de imóveis do patrimônio da União.....	1074
<b>Artigo 193</b>		
1	Revogação de leis.....	1075
	<i>Inciso I</i>	
2	Revogação dos artigos 89 a 108 da Lei nº 8.666/1993.....	1075
	<i>Inciso II</i>	
3	<i>Vacatio legis</i> enviesado.....	1075
<b>Artigo 194</b>		
1	Entrada em vigor da Nova Lei.....	1078
REFERÊNCIAS.....		1079